

# RELATO DE EXPERIÊNCIA FRENTE ÀS ATIVIDADES REALIZADAS PELO NÚCLEO DE ESTUDO SOBRE O ENSINO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: CAMINHOS PARA INCLUSÃO

Eline Dias Mendes<sup>1</sup>  
Fabiano Cavalcante Dias Filho<sup>2</sup>  
Eizecson Batista da Paz<sup>3</sup>  
Jheniffer da Silva Campos<sup>4</sup>  
Jessica da Silva Campos<sup>5</sup>  
Gabriela Carvalho Mizuno<sup>6</sup>

## RESUMO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), o Brasil tem mais de 17 milhões de pessoas com deficiência, mas apesar de representarem boa parte da população, enfrentam dificuldades no cotidiano pela falta de inclusão mesmo após a promulgação de Decretos, resoluções, recomendações entre outros. Diante do exposto, o objetivo foi relatar as experiências vivenciadas pelos acadêmicos, profissionais e membros do INCLUI que participaram das atividades internas e ações sociais e extensionistas realizadas pelo Núcleo de Estudos sobre o Ensino para a Pessoa com Deficiência (INCLUI) no decorrer do semestre de 2024. Trata-se de um estudo do tipo relato de experiência com abordagem qualitativa e descritiva e os resultados alcançados foram positivos, tendo em vista que, os discentes e docentes obtiveram conhecimento teórico e prático aprofundado sobre Educação Inclusiva em diversos aspectos, permitindo desenvolver um pensamento crítico e reflexivo, bem como a reconhecer seus principais desafios e as perspectivas para um olhar de atenção aos indivíduos, visando a integralidade e equidade. Além disso, essas ações e atividades de extensão contribuíram de forma significativa para a inclusão e acessibilidade de acadêmicos e comunidade em geral.

**Palavras-Chave:** Educação. Acessibilidade. Inclusão. Psicologia. Pedagogia.

## REPORT OF EXPERIENCE REGARDING ACTIVITIES CARRIED OUT BY THE STUDY CENTER ON EDUCATION FOR PEOPLE WITH DISABILITIES: PATHWAYS TO INCLUSION

### ABSTRACT

According to the IBGE, Brazil has more than 17 million people with disabilities, but despite representing a large part of the population, they face difficulties in their daily lives due to the lack of inclusion even after the enactment of Decrees, resolutions, recommendations, among others. In view of the above, the objective was to report the experiences lived by academics, professionals and members of INCLUI who participated in the internal activities and social and extension actions carried out by the Center for Studies on Education for People with Disabilities (INCLUI) during the semester of 2024. This is an experience report study with a qualitative and descriptive approach and the results achieved were positive, considering that students and teachers obtained in-depth theoretical and practical knowledge about Inclusive Education in various aspects, allowing them to develop critical and reflective thinking, as well as to recognize its main challenges and the perspectives for a look at attention to individuals, aiming at integrality and equity. Furthermore, these outreach actions and activities contributed significantly to the inclusion and accessibility of participating members and the community at large.

**Keywords:** Education. Accessibility. Inclusion. Psychology. Pedagogy.

Recebido em 06 de dezembro de 2024. Aprovado em 30 de dezembro de 2024

<sup>1</sup> Licenciada em Pedagogia. Pós-graduanda em Psicopedagogia. eline.dias17@hotmail.com.

<sup>2</sup> Graduado em Direito, Graduando em psicologia. etnabooking@gmail.com

<sup>3</sup> Enfermeiro especialista em urgência e emergência, UTI e enfermagem aeroespacial. eizecsonbatista@gmail.com

<sup>4</sup> Licenciada em Pedagogia. Psicopedagoga. campos.jheni@gmail.com

<sup>5</sup> Enfermeira Mestra em Assistência e Avaliação em Saúde. Especialista em cardiologia e hemodinâmica. jsilvacampos18@gmail.com

<sup>6</sup> Doutoranda em Psicologia. Psicóloga Mestra em Avaliação Psicológica. Gabrielacarvalho088@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A inclusão se faz urgente em nossa sociedade ainda que o tema tenha ganhado, na última década, notória visibilidade por meio de movimentos de educação inclusiva, políticas públicas e a promulgação de Decretos, resoluções, recomendações e diretrizes. É fundamental pensar o processo em que todo ser humano possa estar inserido participando plenamente da sociedade e fazendo parte de todas as situações que ele desejar com igualdade de condições e garantias de direitos e à negação de quaisquer formas de discriminação como já prevista pela constituição federal brasileira (Silva e Carvalho, 2017).

A realidade das desigualdades e da inacessibilidade traz diversas dificuldades quanto à inclusão, devido a questões históricas, preconceito, repressão do sistema legal, problemas relacionados às condições de mobilidade urbana, pessoas em situação de rua que enfrentam uma exclusão do processo de socialização, que perdura na sociedade em todas os órgãos e instituições. Isto torna uma a maioria da população em minoridade privada de seus direitos e oportunidades igualitárias e os tornam pessoas mais vulneráveis da sociedade (CNN BRASIL, 2024).

Os desafios são muitos, tanto para os profissionais quanto para quem precisa ser incluído e isso ainda se dá por conta do sistema de ensino dividido e que segundo Montoan (2006), os sistemas escolares estão formados no princípio que recorta a realidade, dividindo alunos em normais e deficientes, o ensino em regular e especial, e fazendo professores em especialistas sobre diferentes necessidades especiais. Construindo uma lógica com visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista própria do pensamento científico moderno, ignorando o subjetivo, afetivo, criador, não conseguindo assim romper o velho modelo escolar, para efetivar a mudança que a inclusão busca.

Portanto, é necessário que as instituições educacionais tanto básicas como de ensino superior e demais órgãos trabalhem de forma mutua e com objetivo de acesso equitativo. Tudo isso se dá por meio de um sistema de ensino de qualidade através de conteúdos e das relações sociais que proporciona ao desenvolvimento humano na sua plenitude, condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças (BRASIL, 2008).

E através de leis e políticas públicas que assegurem o direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. (LBIPCD, 2015). A inclusão não se limita apenas a pessoas com deficiência física ou mental, porém a todos. No entanto, é necessário que as os professores das IES precisam mudar e reflorescer e não os alunos, (MONTAAN, 2017). E que dentro de uma IES (Instituição de Ensino Superior) os professores ministrem disciplinas inclusivas não apenas para determinadas pessoas ou com determinada deficiência, mas para todos os discentes.

A análise, a perspectiva dos acadêmicos, docentes e colaboradores, o compartilhamento e divulgação de conhecimentos dentro e fora da instituição de ensino superior contribui para a formação de qualidade dos profissionais para fazer valer a inclusão em todos os aspectos de acordo com nossa legislação. Portanto, o objetivo foi relatar as experiências vivenciadas pelos acadêmicos e profissionais que participam das atividades realizadas pelo Núcleo de Estudos sobre o Ensino para a Pessoa com Deficiência (INCLUI) no decorrer do semestre de 2024.

Diante do exposto, o objetivo foi relatar as experiências vivenciadas pelos acadêmicos, profissionais e membros do INCLUI que participaram das atividades internas e ações sociais e extensionistas realizadas pelo Núcleo de Estudos sobre o Ensino para a Pessoa com Deficiência (INCLUI) no decorrer do ano de 2024, bem como instigar a reflexão sobre a relevância dessas ações para comunidade.

## METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência com abordagem descritiva e qualitativa. Foi realizado o relato com base na percepção dos discentes, docentes do curso de Psicologia e Enfermagem e comunidade que participaram desta atividade de extensão vinculado ao INCLUI - Núcleo de Estudos sobre o Ensino para a Pessoa com Deficiência. Essas atividades aconteceram no primeiro semestre de 2024 dentro do Centro Universitário Araguaia.

O INCLUI tem como objetivo realizar pesquisas sobre o ensino da pessoa com deficiência e apoiar a atuação do professor e da escola diante aos desafios da inclusão. Este Núcleo pretende criar um protocolo de atendimento à pessoa com deficiência e publicações científicas para dar suporte ao trabalho do professor e disseminar informações sobre inclusão. A participação no grupo de estudo e reuniões do INCLUI é gratuita e aberta a toda a comunidade. O Núcleo é um projeto que organiza e distribui conhecimento com a finalidade do pleno desenvolvimento do acadêmico e do profissional, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. E assim garantir por meio de medidas inclusivas a acessibilidade aos grupos afetados pelas desigualdades.

No decorrer da vivência no núcleo foram realizadas algumas atividades de nível primário, com foco na observância e percepção dos grupos vulneráveis. Os discentes e comunidade acompanharam o grupo de estudo e com a mediação da coordenadora do curso de Psicologia levantando questionamentos e afim de incitar reflexões sobre a profissão, bem como a inclusão na vida profissional e pessoal. No decorrer do semestre foi promovido e realizada palestras e roda de conversa sobre deficiências intelectuais como Transtorno do Espectro Autista, LGBTQIAPN+, Educação inclusiva e acolhimento, musicoterapia, atividades e eventos ligados a inclusão.

Além de atividades realizadas em escolas pelos integrantes do grupo de estudos sobre a importância da inclusão, repassando o quanto o respeito é fundamental, reforçando a empatia e olhar de atenção ao próximo.

Por se tratar de um relato de experiência não houve necessidade do parecer do comitê de ética, no entanto, a confiabilidade, integridade e sigilo foram preservados durante as atividades e na escrita deste trabalho.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão se faz urgente em nossa sociedade ainda que o tema tenha ganhado, na última década, notória visibilidade por meio de movimentos de educação inclusiva, políticas públicas e a promulgação de Decretos, resoluções, recomendações e diretrizes. É fundamental pensar o processo em que todo ser humano possa estar inserido participando plenamente da sociedade e fazendo parte de todas as situações que ele desejar com igualdade de condições e garantias de direitos e à negação de quaisquer formas de discriminação como já prevista pela constituição federal brasileira. (Silva e Carvalho, 2017). Ademais, Dellani e Moraes (2012) afirmam que a inclusão exige mudanças significativas na postura da escola, que não é uma estrutura pronta, mas que deve evoluir e se adaptar para atender a todos.

No ambiente que há desigualdades explícitas é preciso que se entenda os avanços e passos necessários para que se possa trabalhar de forma abrangente a inclusão. Sabe – se que no Brasil há leis específicas para assegurar a acessibilidade tanto, para o sistema educacional, quanto para os demais espaços e o mercado de trabalho como a LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL) , LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e a própria Constituição Federal de 1988. Dentre os direitos deste público, encontra-se o direito de ingressar e de permanecer nas universidades, o que tem provocado mudanças conceituais e

atitudinais dos professores, bem como nas condições de acessibilidade ao ensino superior. Ao longo dos anos, o reconhecimento da responsabilidade da sociedade em promover a igualdade se apresenta tímida e gradativamente, as demandas existentes quando o assunto é exclusão social são altas e visíveis aos grupos excluídos que assim se sentem (Cavanellas, 2000).

Porém, da mesma forma que a educação básica tem buscado atender os princípios da inclusão assegurando apoios e recursos físicos, humanos e materiais aos alunos com necessidades educacionais específicas, o ensino superior passa a incorporar essa exigência. (Moreira, Bolsanello e Seger, 2011). E desta forma as pessoas com deficiência, que tradicionalmente eram expectadores, agora entram em cena, assumindo vez e voz. Estão chegando ao ensino superior, ainda que de forma tímida, mas demandando novas posturas de gestores, de professores, de técnicos administrativos, de alunos e da própria pessoa com deficiência (Guerreiro, Almeida, & Silva Filho, 2014).

Enfim, essa questão se torna relevante, considerando que o número de alunos com deficiência no ensino superior tem aumentado, bem como tem se ampliado a preocupação em garantir os seus direitos, que não são apenas de acesso, mas também de permanência e alcance do sucesso acadêmico nesse nível de ensino (Guerreiro, Almeida, & Silva Filho, 2014).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Vale ressaltar que, na grande maioria dos casos, integrantes de uma camada social desprovida de condições razoáveis de moradia, saúde, educação e lazer se veem definitivamente excluídos socialmente, ou seja, de condições mínimas de convivência social com seus próprios pares, com a comunidade e com a sociedade em geral. E a inclusão social é um conceito abrangente, porém extremamente importantes para criar e fazer prevalecer em todos as esferas, instrucionais ou não, harmoniosas e igualitárias. Dessa forma, torna-se imprescindível conhecer as condições de todos os grupos étnicos, culturais e socioeconômicos, de pessoas com deficiência física e intelectual de todas as idades que vivem para que seja possível oferecer a abertura necessária para participarem ativamente na sociedade sem discriminação ou qualquer outro tipo de barreira e ou preconceito.

A atividade extensionista realizada no grupo de estudo tem como objetivo fazer pesquisa sobre o ensino da pessoa com deficiência e dar suporte para a atuação dos profissionais da saúde, do professor e da escola frente aos desafios da inclusão. A partir de reuniões e grupos de estudos, pretende-se criar um protocolo de atendimento à pessoa com deficiência e publicações científicas para dar suporte ao trabalho dos acadêmicos, profissionais da saúde, do professor e da escola. A participação no grupo de estudo e reuniões do INCLUI é gratuita e aberta a toda a comunidade.

No projeto há formação para professores e profissionais que atuam na inclusão por meio de ações, compartilhamento de experiências e conhecimentos e medidas inclusivas e em Educação Inclusiva vinculada ao INCLUI. O grupo é formado por profissionais da educação e da saúde, acadêmicos e colaboradores da instituição e comunidade.

Este projeto articula ensino, pesquisa e extensão e tem como objetivo realizar ações educativas e interventivas voltadas para a promoção e prevenção da saúde e ações educativas inclusivas junto à comunidade acadêmica (voluntários graduandos, graduados e docentes) e à comunidade em geral (idosos, família que estão inseridas nos contextos das ações em saúde, equipes de saúde e adultos) promover uma rede de atenção aos indivíduos acometidos e quebrar os paradigmas de preconceito e assim manter e promover a inclusão social. Para tanto, foram realizadas ações interventivas educativas e de saúde, em diversos contextos. As ações promoveram grande aprendizado aos profissionais e acadêmicos, permitindo a compreensão

sobre o fazer em saúde, desenvolvendo uma formação mais humanizada e atenção ao próximo, possibilitando uma rede de atenção em educação e saúde de maneira inclusiva.

Tais observações, contribuíram para aprofundar seus conhecimentos quanto aos determinantes sociais de saúde e educação em que o público está inserido. Portanto, essa vivência permitiu aos discentes desenvolver um olhar mais crítico e reflexivo frente a realidade inclusiva brasileira, bem como a identificar o papel do profissional da saúde e da educação no contexto social da população.

Essa vivência também permitiu aos acadêmicos a identificarem na prática os princípios doutrinários das leis vigentes, em especial a equidade que norteia as políticas públicas do Brasil voltadas para inclusão, colaborando para um diálogo produtivo, acompanhada de percepções diferentes. Essa troca de percepções e experiências agregou no ensino e aprendizagem dos alunos. Outro ponto em destaque, foram as ações que fizeram com que os alunos refletissem sobre o grande desafio dos profissionais em atuar de forma não preconceituosa e sem rotulações de grupos vulneráveis.

Os acadêmicos ativamente participaram dos atendimentos com o foco na promoção da saúde e de atendimento humanizado e acolhedor bem como ações educativa e preventivas, auxiliando nos atendimentos, palestras e ações como musicoterapia sob supervisão de professores e profissionais experientes. Essa atividade de extensão apresentou um grau de relevância significativo na percepção dos discentes de maneira mútua, pois possibilitou uma aproximação da teoria com a prática. Quanto a qualidade da assistência prestada pelos profissionais, professores da instituição foi positiva e humanizada por parte da equipe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades desenvolvidas contribuíram para melhorar o desenvolvimento de habilidades técnicas, sociais e humana dos discentes, docentes e colaboradores que apoiam para que todos tenham acessibilidade e aprendam de forma humanizada a trabalhar a inclusão sem estigmas, discriminação ou preconceitos. Compreender as condições e os processos históricos sociais em que as desigualdades e exclusões ocorrem para que então se possa elaborar medidas inclusivas e políticas públicas eficientes capazes tornar a sociedade inclusiva, acessível e acolhedora.

Toda a abordagem é de suma importância para a formação acadêmica e profissional do discente, bem como sua formação pessoal. Portanto, faz-se necessário o estímulo e o oferecimento também de formação continuada aos profissionais e estratégias que sejam elaboradas para que os direitos sejam garantidos e as políticas públicas sejam eficazes desde sua elaboração, para que se tenha uma sociedade igualitária e com mais oportunidades em todos segmentos como o mercado de trabalho, no ensino, pesquisa, extensão, cultura, lazer, política e locais acessíveis para pessoas com deficiência física e intelectual.

## REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Educação (2008). Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Brasília: MEC. Recuperado: 14 abr. 2016. Disponível: Disponível: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>

BRASIL. Brasil. [Estatuto da pessoa com deficiência (2015)]. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência) / Câmara dos Deputados. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n.

200). Disponível em: [https://www.cntp.mp.br/portal/images/lei\\_brasileira\\_inclusao\\_pessoa\\_deficiencia.pdf](https://www.cntp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf). Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

CNN BRASIL. Entenda aqui o conceito de inclusão social, conheça os grupos mais afetados pela desigualdade e exemplos de medidas inclusivas essenciais para a sociedade. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/inclusao-social/>. Acesso em: 6 dez. 2024.

CAVANELLAS, L. B.. Psicologia e compromisso social: educação inclusiva: desafios, limites e perspectivas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 20, n. 1, p. 18–23, mar. 2000.

DELLANI, Marcos Paulo; MORAES, Deyse Nara Machado. Inclusão: caminhos, encontros e descobertas. In: REY – Revista de educação do Ideau, v.7, n.15, jan-jun/2012.

GUERREIRO, E. M. B. R.; ALMEIDA, M. A.; SILVA FILHO, J. H. DA .. Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 19, n. 1, p. 31–60, mar. 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil: Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101964\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101964_informativo.pdf). Acesso em: 13 set. 2024.

MONTOAN, M.T.E . Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: MONTOAN, M.T.E.; PRIETO, R.G. (Org.). *Inclusão escolar*. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Entrevista com Maria Teresa Eglér Mantoan: Educação especial e inclusão escolar*. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, v. 13, n. 2, p. 240-243, ano 2017.

MOREIRA, L. C.; BOLSANELLO, M. A.; SEGER, R. G.. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. *Educar em Revista*, n. 41, p. 125–143, jul. 2011.

SILVA, N. C.; CARVALHO, B. G. E.. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 23, n. 2, p. 293–308, abr. 2017.